

UBERIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO: BREVE REFLEXÃO SOBRE A CONDIÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

UBERIZATION AND PRECARIZATION: A BRIEF REFLECTION ON THE CONDITION OF WORK IN CONTEMPORARY CAPITALISM

Sara Lidia Lopes da Silva¹

RESUMO

Este artigo trata sobre o surgimento da nova modalidade de trabalho precarizado presente no Capitalismo contemporâneo – a Uberização. E para se entender essa nova forma de exploração de trabalho é necessário fazer esse retorno histórico tendo como base a literatura marxiana. Será discorrido no texto apontamentos sobre o caráter ontológico do trabalho e as principais mudanças ocorridas na categoria ao decorrer da história; estágios da divisão do trabalho a partir dos modos de produção pré-capitalista; as fases do Modo de Produção Capitalista com enfoque na contemporaneidade. E, por fim, trataremos do surgimento do trabalho Uberizado, seu desenvolvimento no Brasil e os impactos para a classe trabalhadora. A partir desse norteamento que se realizou essa pesquisa bibliográfica, contribuindo para reflexão dessa nova forma de exploração do capital à força de trabalho para sua acumulação e obtenção de lucro a todo custo e também para que a classe trabalhadora resista aos desmonte de direitos trabalhistas se reconhecendo como classe e detentora de direitos trabalhistas.

Palavras-chave: Uberização. Capitalismo. Trabalho. Precarização.

ABSTRACT

This article deals with the emergence of the new form of precarious work present in contemporary capitalism - Uberization. In order to understand this new form of labor exploitation, it is necessary to go back in history based on Marxian literature. The text will discuss the ontological character of labor and the main changes that have occurred in this category throughout history; the stages of the division of labor from the pre-capitalist modes of production; the phases of the Capitalist Mode of Production with a focus on contemporaneity. And, finally, we will deal with the emergence of Uberized labor, its development in Brazil, and the impacts on the working class. This bibliographical research was carried out based on this orientation, contributing to the reflection of this new form of exploitation of the labor force by capital for its accumulation and attainment of profit at all costs and also so that the working class resists the dismantling of labor rights, recognizing itself as a class and holder of labor rights.

¹ Graduanda em Serviço Social pelo Centro Universitário Mauricio de Nassau - UNINASSAU, Maceió, e-mail: saralidiaa2@gmail.com. Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob a orientação do Professor Carlos Lacerda Coelho Júnior, Doutor em Sociologia. Maceió-AL, 2021.

Keywords: Uberization. Capitalism. Labor. Precarization.

Data de submissão: 27 de novembro de 2021

Data de aprovação: 09 de dezembro de 2021

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade trazer uma reflexão sobre as principais metamorfoses ocorridas no interior do mundo do trabalho ao longo da história, com enfoque na sociedade capitalista. E como essas mudanças desencadearam as novas formas de exploração nos dias atuais - a Uberização - que vem sendo mascaradas por ideologias neoliberais.

A base desta pesquisa qualitativa bibliográfica é a categoria trabalho e para Marx (1996), o trabalho é a categoria fundante do ser social - ser coletivo, e se diverge da atividade do Reino animal, pois possui uma finalidade (teleologia), uso da consciência e planejamento. Constituindo-se como uma atividade de interação entre o homem e a natureza por meio do trabalho (conjunto de coisas - instrumentos) para produzir meios de subsistência.

Segundo Karl Marx (1996), o modo de produção capitalista se diverge dos outros modos de produção anteriores, pois é onde surge o trabalho assalariado "livre" (vende sua força de trabalho ao capitalista em troca de salário), existindo duas classes antagônicas que divergem entre si causando conflitos, pois possuem interesses distintos - a classe trabalhadora e a burguesia. A burguesia é detentora dos meios de produção - instrumentos de trabalho e matéria-prima - e tem como base a obtenção de lucro e acumulação sob a exploração do trabalho assalariado.

Os modos anteriores ao capitalismo foi o tribal em que os seres humanos sobreviviam da caça; o comunal, que unificou as tribos e expandiu as conquistas de territórios, mão de obra escrava e, por fim, o feudalismo, baseado na mão de obra servil e na agricultura.

O Sistema capitalista foi marcado por três fases após as crises cíclicas e suas reestruturações, a fase comercial - os mercadores apenas vendiam suas mercadorias com o valor acrescido, a fase concorrencial - foi a fase de consolidação do Capitalismo, marcou o fim do Antigo Regime Feudal, início da indústria e introdução das máquinas na produção, a fase contemporânea - fase atual que foi marcado por grandes monopólios, fim do modelo clássico do liberalismo econômico, inserção e logo após anos crise do Estado social capitalista (welfare state), implantando-se o neoliberalismo.

E, chegando a nossa realidade, a era digital do capital contemporâneo, que se baseia na ideologia neoliberal e no modelo de produção toyotista - flexibilização do trabalho, trabalho sob demanda - cresce também o setor de serviços e das empresas - plataformas (economia compartilhada).

Para tanto, uma série de outros autores como (Tom, Slee, 2017; Lukács, Georgy, 2013; José, Caio, 2017; Feitosa, Samara, 2016; Antunes, Ricardo; Santos, Millena, 2021; Laurell, Asa, 2002; Cortez, Rafael, 2008; Pinheiro, Silvia *et al*, 2020; Cannas, Fabio, 2019; Carvalho, Marília *et al*, 2018; Machado, Luiz *et al*, 2018; Hunt, E.K *et al* 2012, Netto, José *et al* 2006) foram fundamentais nesse processo de construção de uma análise crítica acerca do fenômeno das novas formas de exploração. E vem sendo dividido na ontologia da categoria trabalho para a ideologia marxista, os estágios de evolução da divisão do trabalho no modo de produção tribal, comunal, feudal e o capitalismo, as fases do capitalismo (crises e reestruturações), a uberização como emergência do capitalismo flexível (atual fase do MPC).

2 A CATEGORIA TRABALHO COMO ELEMENTO FUNDANTE DO SER SOCIAL

Para se entender o contexto atual do trabalho, é necessário fazer esse retorno na história, tendo como base as ramificações da categoria no processo histórico da sociedade. A base teórica deste trabalho é a concepção materialista histórica de Karl Marx (1818-1883) - filósofo, economista, sociólogo, jornalista e revolucionário socialista e fundador, juntamente com Friedrich Engels (1820-1895), do materialismo histórico. A perspectiva marxiana pode ser entendida como uma teoria social desenvolvida no século XIX que tem como base a materialidade (mundo real, economia e relações de produção), em que é entendido que as ideias (consciência) não determinam o mundo material, uma vez que são definidas a partir da realidade material. Os autores fazem uma crítica à Filosofia Alemã, (principalmente a perspectiva hegeliana, considerada idealista) e ao Modo de Produção Capitalista, surgido entre os séculos XVI e XIX, no processo de derrocada das antigas formas de produção feudal.

Em uma passagem do texto *A ideologia Alemã*, Marx e Engels (2001) ressaltam a compreensão do materialismo histórico fazendo uma crítica ao que os autores consideraram como uma ideologia, ou seja, falsa consciência por parte da perspectiva hegeliana de mundo.

Ao contrário da filosofia Alemã, que desce do céu para terra, aqui é da terra para o céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade, é a partir do seu processo real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas (MARX; ENGELS, 2001, p. 19).

O trabalho, segundo Marx (2013), se constitui numa atividade de interação entre o ser humano e a natureza, onde se dá por meio do trabalho (instrumentos) convertendo matérias primas (orgânica e inorgânica) em produtos para subsistência. No Reino animal, essa atividade é natural, geneticamente programada e eles intervêm diretamente na natureza. Os seres humanos se divergem porque a atividade denominada trabalho é realizada teleologicamente (programada com uma finalidade, ou seja, o uso da consciência e do planejamento), não algo programado geneticamente que não se pode sofrer modificações.

Como ressaltam José Paulo Netto e Marcelo Braz (2006):

O trabalho implica, pois, um movimento indissociável em dois planos: num plano subjetivo (pois a prefiguração se processo no âmbito do sujeito) e num plano objetivo (que resulta na transformação material da natureza); assim, a realização do trabalho constituiu uma objetivação do sujeito que o efetua. (p. 32)

Existe outra característica que diverge a atividade animal do trabalho humano, é que através dessa interação entre indivíduos (trabalho), no processo evolutivo (na ciência chamado de salto qualitativo, entendido enquanto um processo ocorrido durante milhares de anos), surgiu o ser social com essas características constitutivas: a teleologia (finalidade), a universalização e a linguagem articulada. Vale ressaltar que só é possível executar a atividade com a comunicação porque a mesma precisa

articular com os indivíduos através da linguagem onde se compartilha conhecimentos, separa as tarefas etc. (NETTO; BRAZ, 2006)

Netto e Braz (2006) em seu livro “Economia política: uma introdução crítica” vão dizer que a transformação de espécie natural para ser social ocorreu através do trabalho.

Através dele, uma espécie natural [...] transformou-se através do trabalho, em algo diverso da natureza - mas essa transformação deveu-se à sua própria atividade, o trabalho: foi mediante ao trabalho que os membros dessa espécie se tornaram seres que, a partir da base natural (seu corpo, suas pulsões, seu metabolismo etc.) desenvolveram características e traços que distinguem da natureza. (p. 37)

Nessa troca do indivíduo com a natureza, ele a transforma (matéria-prima em produtos para a subsistência) e ao mesmo tempo ela o transforma como sujeito. Importante enfatizar que “foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos - numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o ser social.” (NETTO; BRAZ, 2006, p.34) Por isso que o trabalho é fundante do ser social apesar de não eliminar o ser natural determinado pelo instinto, como por exemplo determinadas características da espécie humana como a fome e a reprodução biológica, porém esse comportamento é desenvolvido socialmente.

O trabalho humano depende inteiramente da natureza - são matérias já existentes, e os seres humanos só precisam transformá-las. A forma como se produz os meios de subsistência determina como o indivíduo manifesta sua vida e isso representa o que eles são. Marx e Engels (2001, p. 11) afirmam que “tanto o que eles produzem quanto a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.”

O ser social, ou seja, o ser coletivo que é compreendido pela categoria práxis (totalidade) tem objetivações para além das primárias que é o trabalho, como a ciência, a filosofia, a arte “[...] construindo um mundo de produtos, obras e valores - um mundo social [...] revela o homem como ser criativo e autoprodutivo.” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 44)

Lukács (2013) em seu livro “Ontologia do ser social II” vem afirmar que o homem é produtor de objetivações tanto no trabalho quanto no resultado deles:

Que o homem, como ente que desde o começo reage à sua realidade primeira, ineliminavelmente objetiva, é um “ente objetivo ativo”, produtor de objetivações, um ente que trabalha; que, em suma, a objetividade forma a propriedade originária não somente de todos os seres e de suas relações, mas também do resultado do seu trabalho, dos seus atos de objetivação. (LUKÁCS, 2013, p. 13)

Netto e Braz (2006), a partir de uma leitura lukacsiana, declaram que a linguagem surge enquanto uma necessidade social de interação e intervenção no mundo material é através dela disposta em códigos é que surge a divisão do trabalho e, conseqüentemente, começa-se a sofrer alterações em cada modo de produção ao decorrer da história humana. Quanto mais uma nação desenvolve internamente as suas forças produtivas (meios de trabalho e força de trabalho), aumentam as suas relações entre as nações.

2.1 Divisão do trabalho e o modo de produção da vida material

Marx e Engels (2001, p. 12) vão dizer que existiram diversos estágios da divisão de trabalho na história, realizando uma análise acerca de modos de produção pré-capitalista: “Em outras palavras, cada novo estágio da divisão do trabalho determina, igualmente, as relações dos indivíduos entre si no tocante à matéria, aos instrumentos e aos produtos do trabalho.”

O primeiro estágio foi a tribal - conhecido como nômades na Pré-história. Os seres humanos viviam da caça, pesca e cultivo de terras (agricultura). A divisão de trabalho² era feita de acordo com a capacidade fisiológica entre os sexos e pela idade. Apesar de existir essa separação de tarefas para o desenvolvimento da tribo, não existia uma dominação de uma pessoa em detrimento de outra, todo o fruto do trabalho era distribuído coletivamente entre a tribo. Aqui ainda não se tinha noção de propriedade nem territórios. Sua estrutura social se dava pelos chefes da tribo - o patriarca, membros da tribo e escravos. Ao decorrer de milhares de anos, essas tribos começaram a povoar a terra e demarcar territórios e juntar tribos em comum. A partir daí foram constituídos as primeiras Cidades-Estado e a propriedade de terras que nos levam ao próximo estágio. (MARX; ENGELS, 2001)

Para Marx e Engels (2001), o segundo estágio foi o comunal/ ou propriedade do Estado na Antiguidade, baseava-se na unificação de várias tribos numa cidade (Cidade-Estado), ao contrário do tribal que era concentrado em apenas uma tribo, aqui surge agrupamentos de tribos onde posses de terras e escravos eram conquistados através de guerras ou contrato. Os cidadãos exerciam poder coletivo principalmente sob os escravos. Ao decorrer do tempo, essa associação do sistema comunal começa a ficar enfraquecida com o surgimento da propriedade privada imobiliária³ diante das conquistas territoriais. Com a propriedade de terras privadas e do excedente, passa a haver conflitos entre as tribos e trocas de produtos e gados passando a demandar um aumento populacional para criação de gado e cultivo de terras.

A divisão de trabalho começa a ficar mais acentuada nesse segundo estágio, devido ao surgimento da propriedade privada de terras e o excedente. Tanto se acentua a divisão do trabalho como muda-se as relações sociais, vemos que o homem era incumbido da caça para o mantimento familiar, ia à guerra para conquistar territórios e prisioneiros de guerra, as mulheres ficavam incumbidas nos afazeres domésticos. (BARRADAS, 2014)

No domínio do patriarca, os chefes familiares passam a subjugar a mulher tornando-a como propriedade onde elas não podiam fazer outra coisa além de cuidar de casa e dos filhos trazendo essa relação de dependência que quem trazia o alimento familiar. Fazendo uma analogia para os dias atuais, vemos a influência dessa dominação patriarcal onde visualiza-se a mulher nessa relação de dependência e inferioridade do sexo masculino, acarretando nessa dificuldade em inserção da mulher no mercado de trabalho durante a história, porém isso começa a se tornar realidade a partir dos movimentos sociais isso para se quebrar essa visão machista em detrimento da mulher. (BARRADAS, 2014)

O terceiro estágio foi o feudalismo, sistema econômico que se perpetuou na Idade Média entre os séculos X e XV, Europa Ocidental, após a queda do Império Romano. Esse sistema descentralizado era baseado na mão de obra servil, cultivo de terras e propriedade fundiária onde grandes donos de terras cediam para seus vassallos cultivarem na terra, em troca eles pagavam impostos, trabalhavam para o

² Ou conhecida como “divisão fisiológica do trabalho”. (BARRADAS, 2014)

³ “Imobiliária, expressa pela propriedade de terra [...] mobiliária, traduzida pela acumulação de dinheiro” (NETTO; E BRAZ, 2006, p. 70).

senhor etc. Os senhores feudais tinham poder não só político, mas também jurídico e econômico sendo considerados como autoridades semelhantes aos monarcas, pois nessa relação de troca protegiam os seus servos, como afirmam Lautzenheiser e Hunt (1979). Diferentemente do Império Romano cujo poder estava centralizado na figura do imperador, no medievo desde a queda de Roma, o poder se fragmentou e passou a ser distribuído entre os senhores feudais, cada qual criando regras próprias no seu domínio territorial.

A divisão de trabalho nessa realidade, se dá através de condições sociais definidas pela estrutura hierárquica desta sociedade. Os camponeses se tornam a classe produtiva onde eram submetidos à servidão dominados pelos senhores feudais (donos daquelas terras que eles trabalhavam). A imposição natural passa a ser fator secundário, agora sendo definido pela condição social. (MARX; ENGELS, 2001)

A estrutura hierárquica dessa sociedade feudal se baseava em: clero (Igreja católica), nobreza (senhores feudais ou donos das terras) e servos (camponeses). Toda essa relação de poder e servidão se manteve devido aos costumes e tradições que a Igreja passava para os servos alegando que a separação das classes era desígnio de Deus. Nessa época, a pobreza era grande e os camponeses tinham perdido suas terras, elas estavam nas mãos da nobreza. Os vassalos ou servos juravam fidelidade ao senhor feudal, que disponibilizavam as terras e cultivavam em troca de moeda, alimento, proteção militar e entre outros. (LAUTZENHEISER; HUNT, 1979)

Também se tinham guildas que eram instituições econômicas das cidades para produção de bens manufaturados que eram vendidos aos feudos e no comércio de longa distância, essas organizações também exerciam influências sociais e religiosas. Lautzenheiser e Hunt (1979, p. 27) vão afirmar “as guildas se mostravam mais voltadas para a salvação espiritual dos seus membros do que para a obtenção de lucros.”

Em meados do século XIV⁴, o sistema Feudal entrou em uma profunda crise (e aqui não vamos nos deter a todos os detalhes acerca dos processos que ocasionaram o desaparecimento paulatino deste modo de produção) que foi marcada por várias mudanças que deram espaço para outro Modo de produção surgir - O capitalismo. Com isso, veio o declínio do feudalismo e o surgimento de duas novas classes: a burguesia e a classe operária. Lautzenheiser e Hunt (1979) vão citar que existiram fatores que intensificaram o rompimento com o feudalismo, como, o movimento do cercamento que no início século XIII os senhores feudais cercavam terras apenas para pastos de ovelhas, porém ao decorrer dos séculos XV e XVI esse movimento chegou ao ápice quando de forma agressiva a nascente burguesia expulsava habitantes dessas terras e direcionaram eles a procurarem sua subsistência nas cidades, possuindo apenas a sua força de trabalho.

Netto e Braz (2006) vão citar outros fatores que potencializaram a decadência feudal e a revolução burguesa, como a expansão mercantilista (crescimento comercial), devido ao aumento dos cultivos e a pecuária (criação de gado) houve um esgotamento das terras até as novas não apresentavam bons resultados; redução da mineração da prata (moeda metálica) onde surgirá intervenções do estado absolutista no mercantilismo; pandemia da peste negra que assolou todo continente Europeu (1346-1346), em que “[...] dizimou cerca de um quarto da população europeia” (p. 71);

⁴ Existem divergências quanto às datas, por parte dos historiadores, que marcam o final da Idade Média, começo da Idade Moderna. Certa convergência pode ser notada quando se refere ao século XIX como o período de amadurecimento das forças produtivas capitalistas.

Outro destaque que Netto e Braz (2006) menciona é o surgimento de conflitos entre os senhores feudais e camponeses, conhecidos como “Revoltas camponesas”, ocorrida em toda Europa devido aos impostos exorbitantes e os camponeses cada vez mais pobres, porém reprimida pelos senhores feudais; e com essa alteração das relações básicas na hierarquia feudal “[...] entre os próprios senhores (a terra começou a ser objeto de transação mercantil) e entre senhores e servos (as prestações em trabalho e espécie começaram a serem substituídas por pagamentos em dinheiro).” (p.71)

Foi nessa transição que surgiu o Estado Absolutista onde a concentração do poder passou a estar na mão de uma só pessoa - o Rei, com esse instrumento repressivo o objetivo foi de conter as mobilizações dos camponeses contra os senhores feudais, e com isso a supremacia feudal foi perdendo força dando espaço para a nova classe burguesa - os comerciantes, que se tornaram financiadores desse Estado. (NETTO; BRAZ, 2006)

Vemos que nesse processo de ruptura com feudalismo surge uma nova classe revolucionária – a burguesia - que de oprimida lutou contra aristocracia feudal estabelecendo uma nova ordem societária. Mas assim que a estabeleceu, começa a perder essa característica e se torna a classe conservadora, dominante e opressora.

3 “TUDO O QUE É SÓLIDO SE DESMANCHA NO AR⁵”: O FIM DO MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL E A EMERGÊNCIA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Na seção anterior foi destrinchado sobre os modos de produção pré-capitalista, agora adentramos ao principal objeto de pesquisa do materialismo histórico de Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895): a sociedade capitalista. O capitalismo teve início entre os séculos XVI e XIX. Historicamente, foi uma transição lenta para abolir o modo de produção feudal; essa mudança de um modo de produção para o outro foi um marco histórico do início da Idade Moderna. O modo de Produção Capitalista teve muitas metamorfoses desde o seu início aos dias de hoje, que serão discutidas a seguir.

3.1 Capitalismo Comercial

É importante destacar as características desse Modo de Produção vigente e o que o diferencia dos anteriores. Como destacamos, a transição do feudalismo (sua abolição) para o capitalismo ocorreu de forma paulatina, por séculos. Historiadores entendem a primeira fase do capitalismo, o mercantilismo, como a fase de acumulação primitiva do capital porque sua solidificação se dá no período da Revolução Industrial, segunda metade do século XVIII. (MARX; ENGELS, 2001)

As particularidades do Capitalismo são: surgimento de uma nova classe social (subalterna) - os trabalhadores assalariados, venda da força de trabalho em troca de valor (salário), extração da mais-valia⁶ (seja ela absoluta ou relativa - exploração do

⁵ “Tudo o que é sólido se desmancha no ar” é uma célebre frase proferida por Marx n,O manifesto do partido comunista, publicado originalmente em 1848, para ressaltar as rápidas e profundas mudanças que vinham ocorrendo na Europa no século XIX.

⁶ “[...] O capitalista, ao pagar o valor diário ou semanal da força de trabalho do fiandeiro, adquire o direito de usá-la durante todo o dia ou toda a semana. Fá-lo-á trabalhar, portanto, digamos, 12 horas diárias, quer dizer, além das 6 horas necessárias para recompor o seu salário, ou o valor de sua

trabalho e do maquinário), pequena parcela da sociedade detentora dos meios de produção (capitalistas), acumulação de capital (maquinaria, matéria-prima, produtos em estoque entre outros), mercadoria contendo valor de uso e de troca e surgimento do valor de troca e etc. (MARX; ENGELS, 2001)

Nessa primeira fase do capitalismo comercial (XV-XVIII), os protagonistas eram os mercadores, aqueles que vendiam as mercadorias em troca de dinheiro, compravam dos artesãos e vendiam nas feiras livres, o lucro deles era o valor em dinheiro tirando todas as despesas do produto, transporte etc. Aqui era denominado produção mercantil simples (representado pelo esquema: dinheiro - mercadoria - dinheiro acrescido). Os capitalistas aqui não controlavam os meios de produção, isso vem ocorrer na mudança de fase com a expansão exorbitante do comércio, do mercantilismo para o industrial. (NETTO; BRAZ, 2006)

O produto do trabalho nos outros modos de produção pré-capitalista continha apenas valor de uso (produtos para subsistência), mas no capitalismo ele vai conter valor de uso e valor de troca (para venda) para manter a circulação das mercadorias e acumulação do capital. O excedente (sobreproduto) econômico surgiu a partir da transição do modo de produção primitivo para o escravismo, eles começaram a produzir além da necessidade de sobrevivência, estocando produtos e trocando por outras mercadorias nas comunidades próximas (conhecida como acumulação primitiva). (NETTO; BRAZ, 2006)

Com esse novo descobrimento do excedente, muda-se as relações sociais, começa a busca por excedente baseado na exploração e escravidão do homem pelo homem, inicialmente através da escravatura. No Modo de produção Escravista, “o trabalho era realizado sob coerção aberta e o excedente produzido pelo produtor direto (escravo) lhe era subtraído mediante a violência, real e potencial.” (p. 67) Aqui inicia-se dois pólos na história: proprietários e escravos (e artesãos livres⁷). No feudalismo, senhores feudais e camponeses. No capitalismo, burguesia e classe trabalhadora. (NETTO; BRAZ, 2006)

Outra característica do período mercantilista foi o surgimento do Estado Monárquico que surgiu nessa época tornando-se cada vez mais forte aliado com os burgos (classe comercial), passando a intervir na economia e na circulação das mercadorias através de tratados. Foram estabelecidas políticas bulionistas, conhecidas como metalismo, por causa da escassez do ouro e prata nos Estados-Nação, que serviu para atrair e manter os metais nobres evitando sua exportação. Também com a intensificação da busca por especiarias nas Américas durante as Grandes Navegações lideradas por Portugal e Espanha (potências marítimas) teve um aumento do comércio marítimo principalmente na exploração de escravos africanos. (NETTO; BRAZ, 2006). De acordo com Lautzenheiser e Hunt (1979, p. 49):

À medida que o capitalismo foi se desenvolvendo, a Igreja ficou mais fraca e os governos dos Estados-nação que iam surgindo se tornaram mais fortes. No início do período mercantilista, os autores de trabalhos de Economia passaram a substituir cada vez mais a Igreja medieval pelo Estado, como a instituição que deveria cuidar do bem-estar público.

força de trabalho, terá de trabalhar outras 6 horas, a que chamarei de horas de sobretrabalho, e esse sobretrabalho irá traduzir-se em uma mais-valia e em um sobreproduto. (MARX, 1996. p. 101)

⁷ “Serviam os proprietários, ligando-se as tarefas administrativas-burocráticas (coleta de impostos, cobradores de agricultores e mercadores) e repressoras (combate às rebeliões de escravos).” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 66)

Os capitalistas comerciais (muitos eram antigos mestres dos artesãos) começaram a controlar o processo de produção nas antigas guildas que eram oficinas independentes que passaram a ser um sistema doméstico de trabalho. Os mestres saíram da posição de operação lateral com os aprendizes e artesãos tornando-se proprietários das ferramentas, máquinas e prédios. Com isso, passaram a contratar os artesãos desprovidos de bens pagando pelas horas de trabalho, onde eles davam a matéria-prima, os instrumentos, disponibilizavam os prédios para que produzissem as mercadorias.

Como demonstram Lautzenheiser e Hunt (1979, p. 32):

O trabalhador já não vendia um produto acabado ao comerciante. Vendia somente seu próprio trabalho. As indústrias têxteis estavam entre as primeiras em que o – sistema doméstico de trabalho se desenvolveu. Tecelões, fiandeiros, pisoeiros e tintureiros se encontravam em uma situação em que sua ocupação, e, portanto, sua capacidade de sustentar a si mesmo e suas famílias, dependia dos capitalistas comerciantes. [...] Muitos agricultores e artesãos, que tinham sido, então, expulsos da terra e impedidos de ter acesso a seus meios originais de produção, tornaram-se vadios e mendigos. Um número ainda maior procurou garantir sua subsistência, apossando-se ilegalmente de terras marginais e não usadas, onde podiam plantar para seu próprio uso. Foram aprovadas leis extremamente repressivas contra esse tipo de lavoura e contra a vadiagem.

A partir do controle dos antigos mestres no processo de produção, a divisão do trabalho começa a ganhar formas distintas dos outros modos de produção por causa da expropriação dos meios de produção. Ao separar os produtores do produto fragmenta o processo produtivo e o trabalhador não participa da produção em sua totalidade. Passando a exigir diferentes níveis de especialização se tornando trabalhadores parciais. (BARRADAS, 2014)

Outro marco importante que intensificou o desenvolvimento do capitalismo foi a Reforma Protestante liderada por Lutero no século XVI pelas quais foram feitas 95 teses contra a Igreja Católica, enfraquecendo o poder do Clero e sua influência. Lautzenheiser e Hunt (1979, p. 57-58) vão dizer que:

As novas doutrinas enfatizavam a necessidade de sair-se bem em sua passagem pela Terra como o melhor caminho para agradar a Deus e ressaltavam a diligência e o trabalho duro. A antiga desconfiança cristã das riquezas traduziu-se numa condenação da extravagância e da dissipação desnecessária da riqueza. Assim, a ética protestante ressaltava a importância do ascetismo e da frugalidade abstêmia. [...] Embora nem Calvino nem Lutero tenham sido porta-vozes da nova classe média capitalista, no contexto do novo individualismo religioso, os capitalistas encontraram uma religião na qual, com o tempo, “os lucros... passaram a ser considerados uma vontade de Deus, uma marca de Seus favores e uma prova de sucesso em se ter sido chamado”.

O Estado absolutista, que era aliado com os burgos, passou a ser um impedimento para o desenvolvimento burguês devido às limitações comerciais que foram impostas. A partir de então, iniciou-se o processo das revoluções burguesas para derrubar a monarquia e implantar o Estado Constitucional. Seus ápices foram em 1668 na Inglaterra e 1789, com a revolução francesa – queda do absolutismo e instituição do Estado constitucional, retirou-se, portanto, o poder da mão de uma só pessoa - o Rei - e foi posto na “mão” do parlamento. (LAUTZENHEISER; HUNT, 1979). Definitivamente, a nova classe social – a burguesia – passa a ser detentora não apenas do poder econômico, mas também do poder político.

3.2 Segunda fase: Capitalismo Concorrencial

Como citado anteriormente, os dois ápices que foram marcados nessa fase do capitalismo foi a Primeira Revolução Industrial⁸ (1760-1840) e posteriormente a Revolução Francesa (1789-1799). Os grupos mercantis, que eram as figuras centrais da economia nessa fase, transformaram-se numa nova classe da sociedade-burguesia, que ao decorrer dos anos consolidou sua nova ordem social de forma sangrenta tendo como base a exploração usurpada do trabalhador, baseada em seus ideais – que hoje é a ideologia⁹ hegemônica. O modo de produção capitalista passa por diversas crises, porém ele acaba se reinventando em outras formas de operação, foi o que aconteceu com a crise do sistema artesanal e o desenvolvimento da maquinaria. Para muitos historiadores é apenas na segunda fase que o capitalismo se consolida e se expande como mercado mundializado.

Diferentemente do capitalismo comercial (mercantilismo simples), que com o dinheiro comprava a mercadoria, vendia e gerava seu lucro, no modo industrial, o lucro do capitalista que estava no dinheiro acrescido quando vendia a mercadoria, aqui ela é cristalizada no processo de produção, ou seja, através da mais-valia (o valor excedente na produção que não é pago ao trabalhador) tanto da força de trabalho como a maquinaria, só obtém esse lucro cristalizado quando ele vende a mercadoria. Detentor dos meios de produção, com o dinheiro compra a mercadoria (máquinas, instalações, matérias primas ou brutas, e força de trabalho), produz outras mercadorias e vende com o valor maior que o investimento. Como todas as fases, o lucro movimentava o capital. (NETTO; E BRAZ, 2006)

Com a demanda crescente da produção de mercadorias no século XVIII, o sistema artesanal começa a entrar em crise devido ao grande desenvolvimento tecnológico na criação de novas máquinas (principalmente a máquina a vapor na Inglaterra¹⁰) onde foi um fator impulsionador para o surgimento de indústrias e fábricas - período este que ficou marcado como Revolução Industrial (1760-1840). Karl Marx (1996, tomo II) vai dizer que no Capitalismo Industrial o trabalhador foi substituído por um mecanismo onde comporta várias ferramentas. Vejamos:

[...] a Revolução Industrial apodera-se primeiro e deixa para o homem, além do novo trabalho de vigiar com o olho a máquina e corrigir com a mão os erros dela, antes de tudo ainda o papel puramente mecânico de força motriz. No entanto, ferramentas em que desde o começo o homem só atua como simples força motriz, por exemplo girar a manivela de um moinho, bombear, mover para cima e para baixo o braço de um fole, bater com um pilão etc., provocam primeiro a utilização de animais, de água, de vento como forças motrizes. Elas evoluem até se tornarem máquinas, em parte no período manufatureiro, esporadicamente já muito antes dele, mas não revolucionam o modo de produção. (p.10)

A máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substitui o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que

⁸ Entende-se que ao decorrer da história tiveram três revoluções na indústria.

⁹ Para Marx e Engels (2001), a concepção de ideologia “[...] seria o estudo da origem e da formação de ideias” (p. 21, 2001), ou seja, uma falsa consciência que mascara a realidade, sendo a principal arma de controle da classe dominante de uma determinada sociedade para manter sua posição.

¹⁰ A Inglaterra foi o berço da Revolução industrial no século XVIII (grande exportadora de tecidos) e logo depois acabou se estendendo em todas partes do mundo.

é movimentada por uma única força motriz, qualquer que seja sua força. (p. 11)

A Revolução Industrial consolidou o modo de produção capitalista e o trabalho assalariado, transformando tanto a economia e principalmente as relações de trabalho. Vimos na seção anterior que os camponeses foram expulsos dos campos e os artesãos desprovidos de bens não tiveram outra opção a não ser vender a sua força de trabalho para o capitalista (proprietários dos meios de produção) em troca de salário para garantir sua subsistência. Sobre esse fenômeno, onde a força de trabalho no capitalismo se torna uma mercadoria, Marx (1996) no Livro “O Capital I” vai afirmar:

O que o operário vende não é diretamente o seu trabalho, mas a sua força de trabalho, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela. Tanto é assim que, não sei se as leis inglesas, mas, desde logo, algumas leis continentais fixam o máximo de tempo pelo qual uma pessoa pode vender a sua força de trabalho. Se lhe fosse permitido vendê-la sem limitação de tempo, teríamos imediatamente restabelecida a escravatura. Semelhante venda, se o operário e vendesse por toda a vida, por exemplo, convertê-lo-ia sem demora em escravo do patrão até o final de seus dias. (p.98)

Dentro do sistema do salariado, o valor da força de trabalho se fixa como o de outra mercadoria qualquer; (p.100)

Ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagá-la pelo seu valor, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria comprada. A força de trabalho de um homem é consumida, ou usada, fazendo-o trabalhar, assim como se consome ou se usa uma máquina fazendo-a funcionar. (p.101)

De acordo com Marx (1996, tomo II), essa invenção mecânica serviu para aumentar a produção da mais-valia (valor não pago ao trabalhador) - excedente econômico que sustenta a exploração do capitalista sobre a classe operária e a acumulação capitalista.

[...]ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encomprar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia. (p.7, 1996)

Com o surgimento das fábricas, houve um deslocamento do campo para as cidades, os operários passaram a morar mais próximos das indústrias e com condições precárias de subsistência devido aos salários baixos, jornadas excessivas de trabalho etc. A revolução industrial também propiciou a alteração do meio de trabalho (do uso de ferramentas e máquinas caseiras para máquinas desenvolvidas para intervir no objeto de trabalho), com isso não era mais necessário o operário ter força muscular para realizar o trabalho apenas manuseando as máquinas. (MARX, 1996, tomo II)

No processo de trabalho industrial, houve uma separação do planejamento e execução (trabalho manual do intelectual) intensificando o controle do Capital sob o trabalho na divisão do trabalho. O intelectual passa a ser função apenas do segmento da classe dominante e o manual (esforço físico) para a classe dominada. E isso ocorre para que o trabalhador não se reconheça como produtor daquela mercadoria fazendo com que exista um maior controle do capital sobre o trabalho. (BARRADAS, 2014)

Nesse período, teve a inserção do trabalho feminino e infantil, pela primeira vez as mulheres que eram limitadas apenas ao trabalho doméstico, são inseridas no

trabalho remunerado que outrora pertencia a figura masculina, devido ao grande desenvolvimento da indústria. Porém em situações mais precárias que os homens, mesmo exercendo as mesmas funções elas se sujeitavam a jornadas de trabalho maiores com menores salários. E quando houve o desemprego em massa por causa do avanço da maquinaria e diminuição do trabalho vivo, elas foram as principais afetadas nessa redução de trabalhadores. Apesar de todo crescimento das mulheres em postos de trabalho a partir desse período, vimos um mercado de trabalho machista que dificulta a inserção das mulheres e mantém essa relação desigual entre os gêneros. (ARAUJO et al, 2021)

Marx (1996; tomo II) vai dizer que na Revolução Industrial, a relação do capital (trabalhador e capitalista) passou-se de um confronto de pessoas livres (termo usado para essa nova relação - trabalho assalariado livre) onde era intermediada apenas pela mercadoria – um possuidor do dinheiro e meios de produção e o outro da força de trabalho, para uma relação de subordinação tornando-os “escravos” do capital tendo que vender a força de trabalho da mulher e dos filhos (crianças) para poder ter o mínimo para a manutenção da família.

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Comisso, esse poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital. [...] agora vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos.” (MARX, 1996. p. 28 e 29)

E como consequência dessa exploração do capital no trabalho infantil e das mulheres houve uma mortalidade infantil muito grande na Inglaterra, muitas crianças não passavam de 1 ano de idade e um dos motivos eram os descuidos maternos, maus tratos, falta de alimentação e etc. Marx em seu livro “O Capital 2” relata:

Como demonstrou uma investigação médica oficial em 1861, abstraindo circunstâncias locais, as altas taxas de mortalidade se devem principalmente à ocupação extradomiciliar das mães e ao descuido e mau trato das crianças daí decorrentes —entre outras coisas, alimentação inadequada, falta de alimentação, administração de opiatos etc. — além da alienação antinatural das mães contra seus filhos, e conseqüentemente esfomeação e envenenamento propositais. [...] a taxa de mortalidade de crianças com menos de 1 ano quase alcançou a dos distritos fabris de pior fama. (p. 31)

Diante dessa exploração do trabalhador nas indústrias houve uma série de protestos contra esse sistema, alguns trabalhadores se rebelaram e começaram a se mobilizar através de movimentos sociais. O ludismo (destruíram máquinas das fábricas porque acreditavam que elas eram responsáveis) e o Cartismo (lutaram por direitos trabalhistas, principalmente a redução da jornada de trabalho), foram movimentos sociais que marcaram toda a revolução industrial em busca de melhorias na classe operária. Em resposta a essas greves, os capitalistas ameaçavam reduzir o trabalho vivo para implementação de máquinas mais inovadoras, segundo Netto e Braz (2006) isso tornou-se uma arma da burguesia nessa luta de classes.

Em resposta a essas greves, os capitalistas ameaçavam reduzir o trabalho vivo para implementação de máquinas mais inovadoras, segundo Netto e Braz (2006) isso se tornou uma arma da burguesia nessa luta de classes. E com o Estado regido pelos burgueses (teoria liberalista), onde o Estado era mínimo, intervindo nos interesses do capital e através da “mão invisível”¹¹ a economia seria conduzida pelo mercado sem necessidade de intervenção do Estado. Essa teoria serviu para manter a propriedade privada e a “ordem pública”. Porém, apesar de toda essa repressão na luta de classe, as greves dos movimentos sociais passaram a abrir portas para conquistas democráticas para classe trabalhadora, como, redução da jornada de trabalho nas leis fabris, implementação do sufrágio universal masculino, entre outros. (NETTO; BRAZ, 2006)

Outro marco para a consolidação do Capitalismo e ascensão da nova classe social burguesa foi a Revolução Francesa (1789-1799), na qual houve uma série de revoluções para pôr o fim ao Antigo Regime¹², que estava causando a crise econômica e política. Um dos fatores que intensificou o ápice da Revolução foi o privilégio que o Rei dava à classe do primeiro estado e do segundo, como isenção de impostos, doação de terras entre outros. Existia uma divisão social acentuada, pois o Antigo Regime era separado em três estados - O clero, a nobreza francesa e o povo (camponeses e burgos). Outros fatores foram os limites postos pelo Estado monárquico (até então aliado aos burgos) no desenvolvimento econômico, principalmente no comércio externo entre outras nações. Feitosa (2016) no seu Livro “Da Revolução Francesa até nossos dias: um olhar histórico” vai afirmar:

[...] o regime feudal absolutista ainda era um grande entrave ao desenvolvimento da atividade industrial em solo francês. [...] embora a França comercializasse com todos os países europeus, com a América do Norte e com o Oriente. Mesmo assim, o comércio interno e externo sofria com as taxações e os obstáculos gerados pela administração do estado. Limites aduaneiros, proibições relativas à circulação de mercadorias e o aparelho burocrático da monarquia que se desenvolvia de maneira irregular e desigual entre as províncias que formavam o reino atrasavam a produção e encareciam os produtos franceses, fazendo com que, muitas vezes, fossem preteridos por similares produzidos em outros países.” (p. 24)

O início da Revolução Francesa foi marcado pela queda da Bastilha onde “[...] manifestantes auto-organizados invadiram a prisão de Bastilha - símbolo da opressão política- e libertaram seus prisioneiros considerados inimigos da nobreza.” (p.29) O terceiro estado se unificou contra o Rei, o primeiro e segundo estado, após essas séries de revoltas de tomadas de poder e destruição das pequenas Bastilhas (câmaras municipais, residenciais oficiais de autoridades) foi implementado a Assembleia constituinte que foi marcada pelo domínio burguês- classe revolucionária que vai perdendo seus ideais emancipatórios e se torna a classe conservadora. (FEITOSA, 2016)

Como sementes da revolução francesa em 1789, surge uma série de eventos revolucionários da classe trabalhadora em 1848 em toda Europa conhecida como “Primavera dos povos” porque as monarquias que foram abolidas já tinham sido

¹¹ Conceito criado pelo Adam Smith (conhecido como Pai do Liberalismo) no livro “A Riqueza das Nações” ele foi um dos maiores precursor dessa teoria social liberal que mais na frente vai sofrer modificações. (LAUTZENHEISER; HUNT, 2012. P. 74)

¹² Sistema monárquico onde o poder estava na mão de uma pessoa- o Rei.

reestabelecidas. Apoiados na ideologia socialista utópica¹³ após a publicação do Livro “Manifesto Comunista” de Marx e Engels protestam contra a exploração do grande capital e melhorias para o proletariado, aqui o mundo começa a ficar polarizado entre duas ideologias, capitalista e socialismo utópico. (NETTO; BRAZ, 2006)

No final do século XIX (1850-1950), a indústria sofreu mais uma revolução conhecida como “segunda fase da revolução industrial”, com o grande desenvolvimento tecnológico das ciências naturais¹⁴ nas indústrias, produção em grande escala de aço, campo da eletricidade entre outros. Aqui os grandes monopólios causam o impacto maior na economia, os capitalistas se unem para acabar com a concorrência (até então existente entre os capitalistas nessa fase) de um determinado produto, para que se fique com apenas um grupo de capitalista a produção e a distribuição e assim dominar o mercado e o valor da mercadoria. (NETTO; BRAZ, 2006)

A concorrência entre eles, como observamos, era desenfreada e, naturalmente, os grandes capitalistas tinham maiores chances de levar a melhor na luta que todos travavam entre si. [...] à concentração e à centralização, confluíram na criação dos modernos monopólios. [...] grupos capitalistas nacionais controlando ramos da indústria inteiros, empregando enormes contingentes de trabalhadores e influenciando decisivamente nas economias nacionais alterou de modo extraordinário a dinâmica econômica. (NETTO; BRAZ, 2006. p. 177)

Ou seja, houve um domínio maior do capitalismo sob a produção, a força de trabalho e a economia, e quanto mais domínio mais exploração para a classe trabalhadora. Outra metamorfose nessa mudança de fase para o Capitalismo financeiro (século XX) é a modificação do papel do banco, surgindo uma nova forma de capital - o Bancário. Os bancos operavam como intermediários de pagamento, nessa transição vão funcionar como capital de crédito para os capitalistas investirem ou “saírem do vermelho”. (NETTO; BRAZ, 2006)

3.3 Terceira fase: Capitalismo Contemporâneo

A primeira guerra mundial (1914-1918) e a segunda guerra mundial (1939-1945) foram reflexos dos confrontos imperialistas (grandes monopólios - empresas multinacionais promovendo partilha territorial) que houve entre as grandes potências econômicas¹⁵ em busca de colônias para expansão territorial porque não existiam mais territórios “livres” no globo. Esse plano de fundo serviu tanto para o surgimento de duas superpotências (Estados Unidos e União Soviética), como para o Capitalismo Monopolista que se iniciou após a segunda guerra mundial com a vitória dos Aliados.

A indústria bélica vira o centro da economia porque superfaturou e acumulou capital no período de guerra, fabricando artefatos militares (armas, munições, equipamento militar e tecnologia). No pós-guerra, começa a ganhar uma visibilidade maior para consumo civil e para retomada do ciclo ameaçado pela crise de 1929. Ressaltam Baran e Sweezy (1974, p. 70 *apud* JOSÉ, C):

¹³ “Marx e Engels criticam a impotência do socialismo utópico, proponente de planos de sociedades perfeitas, cuja realização depende da boa vontade dos indivíduos, sem relação com o estado geral da sociedade existente e com as lutas políticas oriundas na luta de classe.” (MARX, K; E ENGELS, F. p. 29, 2001)

¹⁴ Matérias científicas que estudam a ciência biológica, física, química, geologia e astronomia.

¹⁵ Países como Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, França e Japão.

Assim, as guerras são eventos determinantes na absorção de excedentes econômicos, seja por meio da enorme procura de máquina militar, seja por meio da acumulação da procura civil durante a fase de combate.

A divisão social do trabalho, característico do modo de produção capitalista, que se desenvolve desde a fase mercantilista, no capitalismo financeiro passa a induzir a “divisão internacional do trabalho com espaços nacionais se especializando-se (sob o comando do capital) [...] do ponto de vista internacional, resultou sempre numa determinada hierarquização entre os países [...] de domínio e exploração” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 186)

A classe trabalhadora, em cada crise e fase do capitalismo, sofre com as modificações na organização de trabalho através dos sistemas de produção, afetando a relação de trabalho entre trabalhador e capitalista, na qual torna-se cada vez mais explorada. No início do século XX, surge dois modelos de organização de trabalho que atuam juntamente nas grandes indústrias, focados na divisão e organização dos trabalhadores, conhecido como Fordismo e o Taylorismo, oriundos da indústria automobilística Henry Ford e do Engenheiro, economista e mecânico estadunidense¹⁶ Frederick Taylor. O sociólogo Ricardo Antunes (2006, p. 25), em seu livro “Adeus ao Trabalho”, vai pontuar os elementos que os constituem:

[...] pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. [...] Compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século.

Após a segunda guerra mundial, os Estados Unidos, nos anos 1920, chegaram ao ápice da sua produção, com o sistema de trabalho fordismo e taylorismo houve uma produção em massa tanto na indústria como na agrícola, gerando alto nível de consumo entre os povos, estoques altos. O mercado ficou superlotado de mercadorias sem conseguir girar a economia, conseqüentemente empresas acabaram fechando as portas, alto desemprego crescente, queda na bolsa de valores, entre outros fatores, gerando a crise de 1929 (1929-1933), conhecida como a Grande Depressão, que se iniciou nos Estados Unidos impactando outros países capitalistas e levando a um declínio econômico. Diante disso, cresce o número de desempregados e pauperizados. (NETTO; BRAZ, 2006)

Netto (2006, p. 192-193) informa que:

A crise de 1929 evidenciou para os dirigentes mais lúcidos da burguesia dos países imperialistas a necessidade de formas de intervenção do Estado na economia capitalista. Registramos que o Estado burguês sempre interveio na dinâmica econômica, garantindo as condições externas para a produção e a acumulação capitalistas; mas a crise de 1929 revelou novas modalidades interventivas tornando-se necessárias: fazia-se imperativa uma intervenção que envolvesse as condições gerais da produção e da acumulação.

Diante dessa realidade, o Estado burguês, que comungava da doutrina liberal (Estado mínimo), precisou intervir na economia elaborando políticas intervencionistas

¹⁶ Norte - americano (Natural dos Estados Unidos da América).

para amenizar as consequências dessa crise na sociedade, implantando um conjunto de medidas socioeconômicas tanto para regularizar a economia quanto para proteção social dos indivíduos. Tais medidas foram implantadas em alguns países, influenciadas pela teoria do economista John Maynard Keynes (keynesianismo)¹⁷, conhecido como Estado de Bem-Estar social - *Welfare State*¹⁸. Esse estado social associado com taylorismo-fordismo durou três décadas consideradas gloriosas em que houve a recuperação da crise econômica aumentando a produtividade do capital e expansão dos direitos sociais. (SANTOS; MILENA, 2021)

Cortez (2008, p. 161) traz os pilares centrais das políticas que foram implementadas nesse período:

Grosso modo, o *Welfare State* pode ser pensado como a construção institucional utilizada pelos países capitalistas com o objetivo de harmonizar os conflitos entre capital e trabalho. Em outras palavras, seria a forma encontrada pelos Estados nacionais de cumprir duas de suas funções fundamentais, a saber: a acumulação de capital e de legitimidade frente aos diferentes grupos sociais [...] Os pilares centrais das políticas relativas ao chamado "Estado de Bem-Estar Social" são, em primeiro lugar, o compromisso formal do aparelho estatal em prover assistência e suporte para os indivíduos que possuem necessidades e riscos sociais típicos de uma sociedade de mercado, ou seja, uma noção de responsabilidade coletiva acerca das questões sociais.

Laurell (2002, p. 76) vai dizer que a inserção do estado de bem-estar social (década de 30) se deu a partir das lutas sociais e políticas ocorridas no final do século XIX influenciado pelo auge do movimento socialista. Aqui o trabalhador começa a se reconhecer como classe inserida na luta de classes (burguesia e proletariado) existente no capitalismo e passam a manifestarem por direitos, proteção social por parte do estado e a intervenção estatal para regular a economia:

O Estado social capitalista, que se impôs em todo o mundo e dominou durante uns quarenta anos, permitiu nesse lapso de tempo altas taxas de crescimento, ordem social e uma alternativa aos triunfantes socialismos reais. Mas a crise finalmente chegou, e o Estado social decompôs-se desde os anos 70, tendendo a ser subvertido pelo neoliberalismo, numa transição que ainda não acabou.

A autora Santos (2021) traz em seu livro "Estado, política social e controle do capital", que esses "anos dourados" do capital durante o estado de bem-estar social propiciaram através das políticas sociais de proteção¹⁹, a reprodução do capital diante das crises cíclicas e ameaça ao comunismo, um controle maior do poder estatal, controle político, burocrático e repressivo trazendo maior alienação e submissão da classe trabalhadora para o sistema capitalista²⁰.

¹⁷ Sua principal defesa era o pleno emprego para os trabalhadores.

¹⁸ "Estado de Bem-Estar Social foi construído apoiado em políticas keynesianas de pleno emprego, baseadas em amplos programas de intervenção econômica por parte do Estado." (CORTEZ, 2008, p. 165)

¹⁹ Que para Santos (2021), foi um ponto positivo onde amenizou o sofrimento da classe trabalhadora causado pela exploração do capital o sofrimento causado pela sua exploração, "Mas, como a implementação das políticas sociais, não contrariam em nada a lógica do capital, são incorporadas pelo Estado e o capital encontra vantagem em desenvolvê-las em benefício próprio." (p. 124)

²⁰ É sabido que a construção do estado de bem-estar social não constitui uma tomada de consciência por parte da classe dominante acerca dos processos de exploração do mundo do trabalho, mas é reflexo de múltiplos fatores, como a própria crise de 1929, o receio da expansão do projeto revolucionário que ocorria na Rússia no final da década de 1920 bem como as lutas do movimento operário por condições dignas de trabalho.

As necessidades do capital determinam a melhor opção da forma do governo, mas a essência do Estado continua a mesma, como um comando político separado a serviço do capital. [...] Com o “Estado de bem-estar social”, os países centrais obtiveram ganhos de produtividade sem precedentes na história e um razoável equilíbrio econômico, o que possibilitou que o capitalismo absorvesse as crises, as greves e as insatisfações dos trabalhadores, num jogo essencialmente parlamentar e sindical, desarmando prática e teoricamente os trabalhadores em geral. (p. 123)

Porém nos anos 70, o Estado social capitalista, que mantinha a ordem social, começou a entrar em crise, a autora Laurell (2002) vem trazer em seu livro “Estado e políticas sociais no neoliberalismo” algumas explicações do porquê se deu a crise. O primeiro fator foi a *déficit* fiscal²¹ gerado por causa da intervenção do Estado na proteção social e para os monetários isso levaria a inflação (aumento dos preços do mercado) e conseqüentemente iria afetar a classe burguesa. Outro fator foi a crise de acumulação devido ao crescimento das demandas e proteção aos trabalhadores. Outrossim, essa crise do estado social teve como consequência a crise do modelo de organização de trabalho taylorismo-fordismo. Pois “a crise de produtividade gera desemprego, queda salarial, menor arrecadação para o Estado, crise fiscal, crise de legitimidade e reestruturação do próprio Estado em direção ao neoliberalismo”. (p. 77)

A crise do Estado social e o esgotamento do padrão fordista-taylorista (produção em massa) possibilitaram o surgimento de uma nova doutrina socioeconômica regida pelo Estado - o Neoliberalismo – que retoma as bases do liberalismo clássico, porém com algumas modificações que serão discorridas a seguir.

3.3.1 Neoliberalismo e o Toyotismo: capitalismo flexível e a realidade brasileira

A ideologia neoliberalista se disseminou após o fim do Estado de bem-estar social nos anos de 1980, porém desde os anos quarenta do século XX essas teses conservadoras eram defendidas pelo economista austríaco Friedrich Auguste Hayek (1899-1992). O neoliberalismo tem como objetivo diminuir a intervenção estatal nas funções coesivas (direitos sociais) com “Estado mínimo” e maximizar a acumulação do capital. Segundo Netto e Braz (2006) Essa ideologia compreende o homem e o mundo desta forma:

[...] uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de mercado).” (p. 226)

Netto e Braz (2006) vem trazer dois ataques que essa ideologia trouxe às dimensões democráticas. São elas: (1) a flexibilização das relações de trabalho e a redução da seguridade social (apoio e assistência governamental - no Brasil são definidos como três pilares: saúde, assistência e previdência), (2) processo de privatização, pois: “[...] retiram do controle estatal empresas e serviços [...] entregou ao grande capital, para exploração privada e lucrativa.” (p. 228)

²¹ O Estado “viu-se obrigado a gastar muito além de um orçamento não-inflacionário. As receitas do Estado, provenientes dos lucros de suas empresas, dos impostos recolhidos de operários e empresas, dos empréstimos e da emissão monetária, não poderiam equilibrar-se no Estado social, porque isso equivaleria dar aos atores sociais com uma mão e tirar com a outra.” (p. 76)

O neoliberalismo no Brasil foi implementado no governo de Fernando Collor em 1990 para dar início a uma nova era da modernização, que foi levada à frente nos governos Lula e Dilma, e se intensificou no governo de Temer com a Reforma Trabalhista em 2017 onde foi alterado as leis trabalhistas da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), criando novas relações de trabalho através do contrato de trabalho intermitente²² e a terceirização²³. O discurso para retirar esses direitos foi o de que o país iria gerar mais empregos, e gerou informalidade, trabalho precarizado e desemprego. (PINHEIRO; SOUZA; GUIMARAES, 2020). Entendemos, à luz da abordagem do materialismo dialético, que esse aparato discursivo consiste em estratégias para camuflar a realidade dos fatos, que de algum modo não beneficia a classe que trabalha, favorecendo tão somente as classes dominantes. Todavia, o discurso inverte a realidade na tentativa de naturalizar a precarização.

Vale ressaltar que a agenda neoliberal vem intensificando-se nos últimos anos, sobretudo após o golpe de Dilma Rousseff, em 2016. Em 13 de julho de 2017, no Governo de Temer (PMDB), é promulgada a Lei 13.467 conhecida como a Lei da Reforma Trabalhista, a qual em seu preâmbulo: “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho” (BRASIL, 2017 *apud* PINHEIRO; SOUZA; GUIMARAES, 2020, p.61)

Os autores informam também que:

A reforma trabalhista, em linhas gerais, cria e legaliza o trabalho intermitente no Brasil, valorizando as antigas e novas formas de precarização do trabalho, as quais são pautadas no retorno das longas jornadas de trabalho, no trabalho sem nenhuma forma de seguro social, e com baixíssimas remunerações. (PINHEIRO; SOUZA; GUIMARAES, 2020, p.61)

Nesse sentido, a base do capitalismo flexível foi a reestruturação produtiva, onde modificou-se o padrão de organização de trabalho de fordista-taylorista para o modelo toyotista - produção em demanda (desenvolvido no Japão pela empresa de automóveis Toyota). Esse modelo se diferencia do fordismo-taylorismo porque devido ao grande avanço tecnológico das máquinas nessa fase do capital, põe-se apenas um trabalhador para realizar várias funções e conduzir máquinas, tornando-se um trabalhador polivalente. Há também uma grande substituição do trabalho vivo pelo morto (intensificando a extração da mais-valia relativa²⁴); *just in time* - menor tempo de produção entre outros. O sociólogo Ricardo Antunes (2006, p. 34) traz algumas características desse modelo Toyotista:

A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. é este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção em série e de massa do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção [...] garantido pelo *just time*. [...] Para atender as exigências mais individualizadas de mercado, no melhor tempo e com melhor “qualidade”, é preciso que a produção se sustente num processo flexível, que permita a um operário operar com várias máquinas (em média cinco máquinas, na Toyota), rompendo-se com a relação um homem/uma máquina que fundamenta o fordismo. e a chamada “polivalência” do

²² A empresa contrata o trabalhador esporadicamente de acordo com a demanda.

²³ Contratação de empresas para realizar os serviços.

²⁴ Marx (1996) vai dizer que é o sobrevalor - lucro do capitalista sob a diminuição de tempo na produção devido ao avanço tecnológico.

trabalhador japonês que mais do que a expressão e exemplo de uma maior qualificação [...] operar com várias máquinas.

Ainda no contexto do século XX, historiadores relatam que houve a terceira revolução industrial na qual foram realizados grandes avanços técnicos-científicos, que afetaram o desenvolvimento das forças produtivas. Netto (2006) traz três implicações sobre as forças produtivas nesse deslocamento que a base produtiva sofre ao se deslocar dos suportes eletromecânicos para eletroeletrônicos. Requereu uma qualificação alta e capacidade de realizar estímulo ao “sindicalismo de empresas” para que os trabalhadores percam a consciência de classe com discursos que vinculam o êxito pessoal ao da empresa, “os capitalistas já não se referem a eles como “operários”, ou “empregados” - agora, são “colaboradores”, “cooperadores” ou “associados” e etc.” (p. 217)

A classe trabalhadora após o Welfare State sofreu uma fragmentação, perdas de direitos trabalhistas; o capital enfraqueceu o movimento sindicalista que era muito presente durante os “anos dourados”, conseqüentemente enfraqueceu os proletários em sua consciência de classe, intensificando a alienação da produção, causando estranhamento do trabalhador em sua produção, onde ele passa a não se reconhecer como produtor da riqueza social. Em outras palavras, acentuou o processo de fetichização da mercadoria, usando os termos comuns do pensamento marxiano. Nesse sentido, o trabalhador passa a padecer com o trabalho subalterno através de contratos temporários (alta temporada); ocorrerá uma diminuição de trabalhadores fabris, pois as máquinas passam a substituir a mão de trabalho, colocando-os no setor de serviços; com o trabalhador polivalente, estrutura-se o desemprego levantando um exército industrial de reserva²⁵. (ANTUNES, 2006)

3.3.2 Uberização: o trabalhador precarizado na era digital

O surgimento da uberização está ligado ao desenvolvimento e implementação da ideologia neoliberal nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, onde se precariza cada vez mais o trabalho, enfraquecendo o trabalho formal e retirando os direitos conquistados por anos da classe trabalhadora com a emergência do capitalismo nessa nova era da informação com o intuito de garantir os padrões de lucro e acumulação. Essa nova era informacional advém da quarta revolução industrial iniciada no século XXI - década de 2000 - conhecida como “indústria 4.0”, que tem como característica o grande avanço da internet, expansão digital, inteligência artificial, robótica, computação em nuvem, desenvolvimento de *softwares* entre outros, que tem como intuito de acelerar a produção na indústria e conseqüentemente transforma a sociedade e suas relações. (MACHADO; JUNIOR, 2018) Por isso, Marx (1996) vai dizer que as mudanças na forma de trabalho alteram igualmente as relações sociais:

As mudanças nas formas de trabalho constituem os indicadores básicos da mudança das relações de produção e das formas sociais em geral do intercurso humano. O trabalho é, portanto, o fundamento antropológico das relações econômicas e sociais em geral. (p. 22)

²⁵ Conceito criado por Marx (1996) por causa do avanço das maquinarias e a substituição do trabalho vivo à medida que existe um excedente de trabalhadores inativos, operando uma maior força de trabalho às necessidades do capital.

Aqui, adentramos no eixo central do pensamento marxiano. O trabalho ganha centralidade para o materialismo dialético, perspectiva na qual acreditamos ser fundamental para pensarmos de forma crítica os processos de precarização do trabalho na contemporaneidade. É pelo trabalho que nos constituímos enquanto seres sociais. Para Marx, a essência humana é social. Ou seja, o fazer (a ação) e o pensar (mundo das ideias) estão conectados. O trabalho é o elemento mediador dessa relação, constituindo-nos enquanto seres que transformam a realidade mediante determinadas condições materiais, tornando-se outra coisa em um claro processo dialético. Não a dialética pensada a partir de Hegel, mas focada na materialidade da vida. Nas condições reais de existência.

Ainda de acordo com Marx (1996), a sociedade capitalista baseia-se na concepção de que o capital (relações materiais - o mundo das coisas) rege as relações sociais de trabalho e conduz a sociedade. E o Estado burguês não atua como um mediador na luta de classes (classe burguesa x trabalhadores) com neutralidade, e sim “[...] as necessidades do capital é que determinam a forma de atuação do Estado.” (SANTOS, 2021, p. 151) inteiramente voltado aos interesses do capital e conseqüentemente, é um Estado de uma só classe – a burguesa. Ou seja, o Estado é um mecanismo burocrático da sociedade moderna que atua como elemento essencial de manutenção da própria lógica de dominação da classe detentora da propriedade privada dos meios de produção.

Logo após o desenvolvimento do modelo de organização de trabalho das indústrias - o toyotismo - voltado para a flexibilização do trabalho e a produção por demanda, surgem corporações (economia compartilhada²⁶) que através de plataformas digitais ligadas à *internet* intensificam o trabalho informal. Ou seja, eles não são trabalhadores assalariados regidos pela CLT²⁷; não possuem direitos a férias remuneradas, auxílio-doença, 13º salário e previdência. Para a Uber, eles são motoristas “parceiros”, autônomos, empreendedores (porque podem escolher o horário que começa a produzir) e prestadores de serviço (porque corresponde a demanda do aplicativo). (SLEE, 2017)

Porém a realidade é outra, muitos precisam trabalhar mais de 08 horas por dia para conseguir o mínimo para sobrevivência. Custeiam alimentação, não fazem pausas diárias, custeiam os gastos do automóvel, estão à mercê de acidentes no trânsito, doenças ocupacionais, não podendo recusar muitas chamadas no dia (a taxa de cancelamento tem que ser menos de 10%) e ainda precisam lidar com os sistemas de reputação para que não fiquem abaixo do indicado. Slee (2017) vai dizer em seu livro “Uberização: a nova onda do trabalho precarizado” que é um sistema disciplinar que pode acarretar num bloqueio dos motoristas:

O sistema de reputação é útil, porém, para manter o fornecedor de serviços na linha. A maior parte das pessoas dará uma boa nota, a menos que a experiência tenha sido realmente ruim, mas existe um pequeno grupo de consumidores que fica feliz em promover comentários críticos, e esses comentários podem ter grande impacto. Uma escorregada de 4,6 para 4,5 na classificação de um motorista da Uber não é o mesmo que uma quedinha na nota de um filme na netflix. Isso não afeta a percepção dos passageiros sobre o motorista: trata-se de uma

²⁶ “A economia do compartilhamento é uma onda de novos negócios que usam a internet para conectar consumidores com provedores de serviço para trocas no mundo físico, como alugueis imobiliários de curta duração, viagens de carro ou tarefas domésticas.” (SLEE, 2017, p. 21)

²⁷ Consolidação das Leis trabalhistas.

denúncia, cujo sistema disciplinar é inescrutável e pode remover motoristas da plataforma por qualquer razão. (p. 190)

O termo “Uberização” surge a partir da empresa multinacional de transporte particular Uber, que tem ganhado força em muitos países, inclusive no Brasil, desde seu surgimento em 2009 em San Francisco (EUA). Aqui, em solo brasileiro, a implementação da Uber se deu com bastante resistência principalmente por parte da categoria taxista - que antes era a única regulamentada em lei²⁸ como transporte particular. Houve uma série de protestos dessa categoria para impedir que a Empresa Uber não operasse e fosse “barrada” pelo Estado. Porém, depois da empresa recorrer à justiça, ela foi regulamentada como transporte individual privado por aplicativo no âmbito federal em 2018 (Lei Federal nº 13.640, de 26 de março de 2018). (CANNAS, 2019)

A empresa Uber abriu espaço para que surgissem outras empresas nessa mesma modalidade como 99, Maxim, Ifood (delivery de comida) entre outros. E segundo a pesquisa da própria empresa realizada no ano de 2019, mostra crescimento da adesão de motoristas “parceiros” tanto da Uber como das outras empresas-plataformas. Vejamos:

Segundo dados disponibilizados pela Uber, no Brasil são aproximadamente 600 mil motoristas cadastrados em atividade. Somadas as demais empresas de transporte por aplicativos em operação no país, totalizam mais de 1 milhão de trabalhadores nesse segmento (UBER..., 2019). Esse universo de trabalhadores, como veremos a frente, não possuem nenhuma relação formal de trabalho com as empresas de transporte por aplicativo, portanto habitam a esfera do trabalho desprotegido. (CANNAS, 2019, p.133-134)

Para que chegasse a esse nível de adesão, essas empresas tem como base o discurso do “espírito empreendedor” advinda da ideologia neoliberal onde se mascara essa relação explorada, precarizada e informal por parte dos empregadores. Importante destacar que existe uma relação de trabalho, pois o mesmo está baseado em demanda (serviço do consumidor), um meio de trabalho (aplicativo), o instrumento de trabalho (carro ou moto - que o trabalhador é responsável por manter a manutenção do veículo), repassa uma porcentagem de cada viagem para a empresa, um algoritmo que é regido pelo aplicativo onde se calcula as horas e o valor que conseguirá se completar aquela determinada horas. O trabalhador uberizado torna-se subordinado a um algoritmo que dá coordenadas para um trabalho mais eficiente e organiza sua mão de obra. Conforme Carelli (2019), em entrevista para a revista Instituto Humanitas Unisinos (IHU):

O espírito de empreendedor que aparece nas propagandas desses aplicativos é fictício. Em todas essas empresas, algoritmo já calcula quanto as pessoas vão receber por hora. Uma delas calcula que o trabalhador, em condições ótimas, por 44 horas semanais de trabalho, ele vai receber 1,2 salário mínimo. O trabalhador pode achar que ele é um empreendedor de si mesmo e quanto mais ele se esforçar, mais ele vai ganhar. Isso é uma ficção. Não vai conseguir, porque tudo isso já está calculado no algoritmo.

O capitalismo flexível esconde a exploração do trabalhador no qual o mesmo não se sente uma pessoa explorada, são usados termos como “seja seu próprio chefe”, “faça o seu horário”, “ganhe um dinheiro extra”, trazendo para o motorista uma

²⁸ Lei federal nº 12.468 regulamenta a profissão dos taxistas.

sensação de autogerência do seu trabalho, quando na verdade eleva a exploração pela ausência dos direitos trabalhistas constituídos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). (REVISTA IHU, 2019)

Pinheiro, et al. (2020), vem alertar que o uso da tecnologia na sociedade capitalista não favorece o trabalhador.

A uberização do trabalho se expressa pela utilização da tecnologia no mundo capitalista não favorecendo o trabalhador, pelo contrário, precariza cada vez mais as formas empregatícias e de trabalho através de aplicativos, configurando como forma de trabalho cada vez mais desregulamentado e desprotegido. O trabalhador, inserido na lógica do processo de uberização, é responsável pelos seus instrumentos de trabalho, por sua manutenção, pelos custos do seguro e, do ponto de vista da legislação trabalhista, fica desprotegido. (PINHEIRO; SOUZA; GUIMARAES, 2020, p.13)

Um dos motivos dos trabalhadores se sujeitam ao trabalho precarizado informatizado sem nenhuma cobertura trabalhista é o desemprego estrutural - expressão da questão social²⁹ advinda do conflito capital-trabalho do Sistema Capitalista. Marx (1996) afirma que o desemprego em massa ocorre a partir da inserção das máquinas no processo produtivo na primeira Revolução Industrial (século XVII), com a substituição do trabalho vivo para o morto (máquinas) e isso é crescente à medida que ocorrem as inovações tecnológicas. Para os capitalistas, é vantajoso porque diminui os custos na contratação de trabalhadores para produção (onde é gerado a mais-valia absoluta³⁰) para investir na produção de excedente pela mais-valia relativa³¹. (MARX, 1996, p.41)

A lógica do Capital é diminuir o tempo de produção necessário através das inovações na maquinaria para aumentar o tempo excedente do trabalhador. Marx (1996) vai dizer que a característica essencial do capitalismo é a criação da mais-valia relativa através da maquinaria, por isso vemos uma intensa evolução tecnológica que segue essa lógica.

No entanto, a característica mais essencial do modo de produção capitalista não é a criação de mais-valia absoluta, porém de mais-valia relativa. Esta resulta do acúmulo de inovações técnicas, que elevam a produtividade social do trabalho e acabam por diminuir o valor dos bens de consumo nos quais se traduz o valor da força de trabalho, [...] se diminui o tempo de trabalho necessário, deve crescer, em contrapartida, o tempo de sobretrabalho. (MARX, 1996, p. 41)

E como consequência do desemprego estrutural, acentua-se a pauperização da classe trabalhadora. Marx (1996, p. 42-43) diz que existem dois tipos de pauperização: a absoluta e a relativa. A relativa era por causa dos baixos salários que os capitalistas davam aos trabalhadores, a tendência a longo prazo é a queda salarial, mesmo aumentando de forma imediata através de lutas da classe trabalhadora. Já a

²⁹ “[...] a questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.” (TOMAZ, 2013)

³⁰ Prolongamento da jornada de trabalho dos trabalhadores para produção do excedente (valor não pago ao trabalhador).

³¹ Aumento da produtividade através do avanço tecnológico na maquinaria.

absoluta tem a ver com a massa crescente de desempregados (exército industrial de reserva) que esperam por um trabalho na empresa capitalista.

[...] chamou de “tormentos do trabalho”, bem como as condições de existência da massa crescente de operários desempregados, cujos tormentos decorriam, não do trabalho na empresa capitalista, porém da falta dele. Falta temporária, para o exército industrial de reserva, e falta permanente, para a superpopulação consolidada (aquela parte dos trabalhadores já sem perspectiva de ocupação regular). (MARX, 1996, p.43)

As mulheres que desde a Revolução Industrial vêm sofrendo com o mercado de trabalho machista, onde há uma dificuldade em inseri-las e na permanência das mesmas no trabalho formal, passam a buscar o caminho da informalidade. Frente ao trabalho uberizado, nessa nova onda de informatização, traz como consequência a persistência da desigualdade de gênero na categoria trabalho. Fazendo com que a figura feminina continue sendo desvalorizada. Elas passam a ficar em desvantagem em relação ao homem, pois estão expostas a sofrer algum tipo de violência, discriminação por ser mulher e etc. Araújo *et al* (2021) vem trazer que elas lidam com questionamentos pessoas também para além dessas questões citadas acima:

Além de todas as questões impostas, as mulheres ainda lidam, constantemente, com questionamentos pessoais sobre se irão dar conta, se não é perigoso, se o companheiro/a aprova, ou até mesmo se não tem medo desse tipo de trabalho. (ARAÚJO *et al*, 2021)

O fenômeno da uberização, e toda a corrosão da estabilidade no mundo do trabalho, deve ser entendido enquanto um sintoma do modelo neoliberal, compreendido aqui como uma dinâmica política e econômica cujo objetivo é recuperar padrões de acumulação perdidos, por exemplo, com a implementação do estado de bem-estar social. Dessa forma, o capitalismo se expande a outros setores como forma de garantir os padrões de lucro e acumulação. E para isso, necessita de um aparato ideológico que possa camuflar tais processos de precarização da classe trabalhadora. O conceito de ideologia desenvolvido por Marx (2001) como falsa consciência é pertinente na compreensão dessa lógica do capitalismo atual, pois o neoliberalismo não somente é uma dinâmica econômica, mas também funciona como ideologia no sentido de dizer que o Estado deve ser mínimo e de que qualquer intervenção deve ser enxergada como autoritária e opressora. A fragmentação da consciência de classe, ocasionada por vários fatores tratados nesse artigo, possibilita a manutenção desse estado de coisas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos no início do texto, o trabalhador em sua ontologia é um trabalhador criativo, autônomo, detentor dos meios de produção e instrumentais, trabalhador participante do processo do trabalho, consciente, realizando planejamento com fim teleológico, não fragmentado e sem alienação³². Porém, no capitalismo com a

³² Alienação segundo Marx (1996) é quando o trabalhador não se reconhece como produtor daquela determinada mercadoria. “[...] caráter alienado de um mundo em que as coisas se movem como pessoas e as pessoas são dominadas pelas coisas que elas próprias criam. Durante o processo de produção, a mercadoria ainda é matéria que o produtor domina e transforma em objeto útil.” (MARX, 1996, p.34)

inserção do trabalho assalariado livre, esse trabalho passa a ser uma mercadoria onde ele vende sua força de trabalho em troca do salário (valor em dinheiro) de onde tira seu sustento. A partir daqui surge a exploração do homem pelo homem por lucro.

E com essa nova realidade do mundo digital, surge a partir da emergência do capital flexível - a Uberização. Mesmo sendo recente, já trouxe vários impactos na relação capital-trabalho. Como por exemplo, a falta de cobertura trabalhista, as empresas desse ramo passam a se omitir a respeito do trabalhador de sua plataforma e passa a esconder essa relação de trabalho existente nas empresas-plataformas. As relações de trabalho se tornam cada vez mais flexíveis ou inexistentes e precarizadas. E como consequência desse fenômeno é intensificado as expressões da Questão Social oriundas do Capitalismo que afeta a classe trabalhadora, como, desemprego, pauperização, discriminação de gênero, raça entre outros. E os que mais sofrem diante desses impactos negativos da uberização, são os grupos minoritários (mulheres, negros, pessoa com deficiência entre outros) por estar à margem da sociedade eles estão mais vulneráveis. (ARAÚJO, 2021)

Para Marx (1996), a burguesia e a classe trabalhadora são classes antagônicas onde possuem interesses divergentes ocasionando em luta de classes. E diante dessa luta de classes, o Estado burguês implanta políticas sociais eventuais e com caráter fragmentado para minimizar a exploração e controlar a classe trabalhadora em suas reivindicações por direitos – que para eles esses atos ameaçam o capital e a ordem social. Porém, vimos que em todos os direitos sociais e direitos trabalhistas conquistados no Brasil, foram frutos de mobilizações da sociedade e dos trabalhadores, onde eles se organizam em prol de uma causa para reivindicar proteção do Estado frente os anseios sociais.

É necessário entendermos que o Estado neoliberal tem uma agenda a ser seguida de privatizações de empresas estatais e desmonte de direitos sociais, atuando cada vez mais para ampliar o Estado-mínimo para a classe trabalhadora e Estado máximo para o capital. Por isso, se torna importante mobilizar a população para se organizar em movimentos sociais para resistir aos cortes públicos em políticas sociais e as novas formas de explorações existentes no trabalho. Se faz necessário repensarmos esse modelo societário pautado na exploração do homem pelo homem.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ARAÚJO, M.; MELO, J.; SOUZA, L. *et al.* **A mulher no mercado de trabalho *uberizado* em tempos de pandemia:** breve análise sobre os caminhos da desigualdade de gênero laborativo no Brasil. Larorare. Bahia, 2021.

CANNAS, F. **Movimentos de resistência do trabalhador uberizado.** Brasília: Temporais, 2019.

CARVALHO, M.; SANTOS, L. **O controle Social na efetivação das Políticas Públicas com ênfase na Assistência Social.** Revista Multidisciplinar e de Psicologia, Vale de São Francisco, v. 12, n. 41, p. 760-773, 2018.

CORTEZ, R. **Globalização e proteção social nos Países desenvolvidos: uma análise da literatura.** Curitiba: Scielo, 2008.

FEITOSA, S. **Da Revolução Francesa até nossos dias: um olhar histórico**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2016.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 3. ed. (s.l.): Campus, 2012.

JOSÉ, C. **Capitalismo monopolista: de Baran e Sweezy ao debate brasileiro**. Revista Debate Econômico, Alfenas, v.2, n.2, p. 31-52, 2015.

LAURELL, A. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3.ed. tradução de Rodrigo León Contrera. São Paulo: Cortez, 2002.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, L.; JUNIOR, P. **A quarta revolução industrial em pleno século XXI**. São Paulo: SAM, 2018.

MARX, K.; E ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Tradução de Luiz Claudio de Castro e Costas. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política - Livro I: o processo de produção do capital, tomo I**. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1996.

_____. **O Capital: crítica da economia política - Livro II: o processo de produção do capital, tomo II**. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1996.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia Política: Uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

PINHEIRO, S; SOUZA, M; GUIMARAES, K. **Uberização: a precarização do trabalho do capitalismo contemporâneo**. Carangola: Revista Serviço Social em Debate, v. 01, n. 2, p. 53-68, 2020.

SANTOS, M. **Estado, política social e controle do capital**. 2.ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2021.

Trabalho na Uber é neofeudal, diz estudo! São empreendedores de si mesmo proletarizados! Revista IHU on-line: 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589086-trabalho-na-uber-e-neofeudal-diz-estudo-sao-empresarios-de-si-mesmo-proletarizados>>. Acesso em: 17 de nov. 2021.

TOM, S. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

TOMAZ, M. A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO: uma análise do seu conceito na contemporaneidade. VI jornada internacional de políticas públicas. Rio grande do norte, 2013.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado sabedoria, coragem e entendimento durante toda a etapa do curso e por ter me direcionado em todos os momentos. A Ele toda honra e glória para

sempre!

Aos meus pais José Pedro e Maria Nilza, por todo incentivo e investimento na minha vida!

Aos meus irmãos Joyce e Vanderson, pelos diversos impulsionamentos que me fizeram melhorar sempre, e principalmente minha irmã, por todo auxílio durante o curso, a primeira da família a ter um curso de graduação, ela sem dúvida é a minha maior referência!

Aos meus professores do curso de graduação da Uninassau - Maceió, pelos ensinamentos, contribuições e paciência na minha construção profissional, em especial a Professora Clarisse que mesmo sem vínculo me deu total apoio no desenvolvimento desse trabalho final.

Ao meu professor orientador Carlos Lacerda, por toda partilha de conhecimento, correções (se não fossem elas não estaria aqui) e por ter acreditado no meu tema e me impulsionado durante essa etapa, sem dúvidas o melhor orientador.

A minha supervisora de campo Joseane, por ter compartilhado de seu amor pela profissão, todo seu conhecimento e experiências que me tornaram uma pessoa melhor.

E a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.